

# 'Os problemas serão enfrentados com parceria'

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na solenidade de celebração de convênio do Grupo Gerdau com a associação de apoio ao Comunidade Solidária:

Mais uma vez, estamos mostrando aqui, de uma maneira simples, direta e prática, que os problemas no Brasil só serão enfrentados de forma efetiva se houver um conceito muito claro e uma motivação muito clara no sentido de uma parceria. Parceria que envolve o governo, certamente, mas que se desdobra na sociedade, se desdobra através da ação dos empresários e se desdobra, também, através da possibilidade de nós aproveitarmos as oportunidades que existem no mundo contemporâneo, para um financiamento mais adequado de alguns programas que tem impacto social e que não serão diretamente coordenados pelo governo.

Isso é que é o novo, na forma pela qual nós estamos atuando nesta área. Eu me lembro que, no início do governo, muita tinta foi derramada sobre o Programa Comunidade Solidária, e até imaginavam que ele fosse ter recursos orçamentários e que fosse um instrumento para a ação política. As pessoas custam a sair do passado. Algumas até gostam de ficar no passado.

Então repetem o que não é verdadeiro para darem a impressão de

que nós continuamos prolongando uma situação que hoje é inaceitável no Brasil. Não é nada disso. O Programa Comunidade Solidária não tem dinheiro do Orçamento. Nenhum. Apenas existe a secretaria-executiva, que, isso sim, é parte do governo e, como parte do governo, acelera o mecanismo dentro do Estado, dentro do governo, da administração, para que programas que são considerados essenciais para o seu impacto social não venham a sofrer cortes e tenham maior presteza no atendimento de seus objetivos.

E, por outro lado, existe o Conselho da Comunidade Solidária. Alguns conselheiros estão aqui, existe uma associação de apoio ao Comunidade Solidária, que é fora do governo e que busca então recursos da própria sociedade para que possamos alcançar os mesmos objetivos de uma integração social mais eficaz.

Hoje, pouco a pouco, as pessoas vão entendendo que os tempos são outros, os tempos são novos, efetivamente. E eu creio que o exemplo desse acordo feito agora entre a Fundação Sirotsky, os empresários capitaneados pelo dr. Gerdau, para que nós possamos levar este programa, que é um programa do Conselho da Comunidade Solidária. O Rio Grande do Sul é um exemplo muito claro disto, o programa já está sendo feito em outras cidades e, como a Ruth (Cardoso) disse, o importante é que foi avaliado.

Vou repetir o que tenho dito ultimamente aqui, que é o seguinte: nós estamos passando de uma fase no Brasil em que tudo era quantidade, para uma outra fase em que a qualidade passa a ter importância. Até pouco tempo, nós não tínhamos dinheiro para nada. Casa popular, impossível fazer porque a Caixa Econômica estava quebrada. Por quê? Por causa do modo pelo qual havia um clientelismo e havia, também, uma ligação não sadia de alguns setores empresariais com alguns setores do Estado. Grandes empréstimos, grandes conjuntos que não funcionavam e, muitas vezes, as empresas quebravam e não pagavam a Caixa e, também, os governos nos programas de saneamento faziam a mesma coisa e não pagavam a Caixa.

Há três anos, desde que o presidente Itamar (Franco) estava no governo e quando o ministro Clóvis (Carvalho) era secretário-executivo do Ministério da Fazenda, eu era ministro, nos impusemos uma regra dura com o apoio do Senado. Todos os governadores e prefeitos tem que pagar, porque se não pagarem nós vamos reter, como retemos, o Fundo de Participação dos Estados e municípios.

Recentemente, tentaram mudar a alíquota. Não concordei. Por quê? Porque isso é fundamental para que Caixa Econômica tenha recursos e para que ela possa voltar a sua destinação aí sim social, sem dema-

gogia. Aí sim, porque vai fazer o saneamento e a habitação de uma maneira direta.

Pois bem. Hoje nós precisamos de capacidade de utilizar o recurso já existente, problema novo no Brasil. Nós, hoje, começamos a precisar é de gerenciamento, capacidade efetiva de fazer com que os programas desenhados sejam realizados e em benefício de quem precisa e não em benefício de quem sempre se aproveitou do Estado. Nós estamos desprivatizando o Estado. Essa é que é a verdade. Estamos utilizando os recursos que são do povo, que estão no Estado para fins públicos, sem que haja a intermediação privada direta. A intermediação privada que nós queremos é essa nova, em que há um aporte; um aporte independente, em que os empresários entram aqui e não tiram proveito nenhum para eles. É nesse sentido, indiretamente, para todos nós. É outra maneira de nós nos relacionarmos com o empresariado e com a sociedade.

Pois bem, isto, agora, precisa de avaliação. Nós precisamos saber, o dinheiro que se põe no social, para que que serve mesmo. Muito frequentemente eu vejo nas avaliações, leio na imprensa: está gastando menos dinheiro em — como é que chama? — em merenda escolar. Isso é uma vantagem, não é uma desvantagem. Por quê? Porque está se fazendo a mesma coisa com menos re-

ursos. Se for verdade o que eu estou dizendo, é uma grande vantagem. Temos de começar a avaliar o quê? Fisicamente, o que foi entregue à sociedade. Depois, qual é a qualidade do que foi entregue? Era necessário fazer aquilo? Não adianta mais julgar o Orçamento e comparar o Orçamento com o executado. Não. Temos de mudar de ótica para cobrar do governo desempenho mais eficaz, melhor qualidade e não apenas, só: falta dinheiro. Isso é conversa antiga. Ainda falta, mas não basta dizer que falta dinheiro porque a gente põe o dinheiro e o dinheiro não chega onde tem de chegar. Então nós vamos ter de mudar, também, a mentalidade.

Pois bem, nesse esforço, como ainda faltam recursos, acreditamos que é preciso, crescentemente, apelar à própria sociedade. Recursos a que me refiro não é dinheiro: é também talento, organização, dedicação, vocação para resolver problemas. Para tanto, há essa portaria do Ministério da Justiça. Nós vamos viabilizar, por essa portaria, sem nenhum exagero, provavelmente ao redor de R\$ 100 milhões por ano.

Não para o governo, mas para as próprias organizações não-governamentais que se qualificarem junto ao Ministério da Justiça para terem isenção, por serem consideradas de utilidade pública junto à Secretaria da Previdência Social, para que nós possamos mostrar que elas são efe-

tivas e se tiverem o timbre da Comunidade Solidária melhor ainda, para que elas possam, efetivamente, serem então prestadoras de serviços e vamos utilizar recursos que são recursos que hoje eram, digamos assim, utilizados para outros recursos.

Não havia nenhuma ligação de que houvesse uma cooperação desses setores de sorteio para fins sociais e culturais. Um por cento dos recursos deverá ser destinado ao Ministério da Cultura e, eventualmente, para a questão do menor, enfim, programas que tem o apoio da sociedade e que passam a ser financiados, desta maneira, sem imposto mas de uma maneira que regele mais eficazmente a manipulação de certos recursos que existam a disposição de sociedade.

Então é isso que nós estamos fazendo, não tem nada de extraordinário, mas eu acho que é importante insistir que nós estamos empenhados, não é em ter só mais recursos, é utilizar melhor esses recursos e fazer com que os recursos do Estado sejam públicos e que a sociedade quando participe, possa ter a certeza de que estão participando também o empresariado, os sindicatos, estatais, quem seja. E que estejam participando efetivamente em programas que não são clientelistas, que visem resolver problemas efetivos do País. Eu acho que esses são os novos tempos."